

GESTÃO DE CONFLITOS, CULTURA DA PAZ e EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: Experiências do projeto Cidadania para Todos na formação e assessoramento de integrantes de Comissões Internas de Prevenção à Violência Escolar – CIPAVES

Ester Eliana Hauser¹
Marta Estela Borgmann²
Louize Strada Selle³
Fabrício Gamarra Araujo⁴
Luiza Zambon Baiotto⁵
Julia Rheinheimer dos Santos⁶

Instituição: UNIJUÍ - Universidade Regional do Noroeste do Estado do RS

Modalidade: Relato de Extensão

Eixo Temático: Direitos Humanos

1. Introdução:

O presente resumo apresenta e discute as ações desenvolvidas no âmbito do projeto de Extensão Cidadania para Todos, vinculado aos cursos de graduação em Direito, Psicologia e Pedagogia da UNIJUÍ. As ações do projeto problematizam questões referentes ao tema da educação para a cidadania e Direitos humanos associadas ao debate sobre cultura de paz, gestão de conflitos e prevenção à violência no âmbito familiar e escolar. O projeto tem como objetivo incentivar a reflexão crítica, propor a mobilização e a ação das comunidades escolares envolvidas, no que se refere a prevenção dos conflitos e da violência e a construção de ambientes de convivência pacíficos e colaborativos. Para isso são propostas práticas e ações junto às escolares parceiras, visando proporcionar espaços de reflexão e ação que, inspirados em valores da justiça restaurativa, sejam capazes contribuir com a promoção da cultura da paz, da igualdade, da cidadania e dos direitos humanos. Nos anos de 2024 e 2025 o foco das ações está na capacitação das CIPAVES (Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Violência) de escolas de Ensino Médio de abrangência da 36ª Coordenadoria Regional de Educação e assessoramento as escolas na proposição de ações voltadas a construção da cultura da paz e da gestão de conflitos.

As atividades propostas partem da perspectiva que a escola, enquanto espaço relacional privilegiado de ensino, aprendizagem, trocas e interações, pode se constituir tanto como lugar de reprodução de violências, hierarquias e desigualdades presentes na sociedade ou como espaço crítico e dialógico de construção de convivência respeitosa, equitativa e de promoção de aprendizagens voltadas para uma cultura de paz. Nos termos propostos, acredita-se na segunda alternativa e tal motivação tem estimulado a proposição de atividades que possam contribuir, no âmbito escolar, para sua efetivação. Acredita-se que uma educação para a igualdade de gênero; para uma comunicação construtiva, baseada no reconhecimento das necessidades humanas essenciais; para o diálogo e a construção de vínculos, que seja libertadora de estereótipos opressores, pode contribuir efetivamente para a redução da violência familiar, escolar e social e para a construção de uma sociedade mais segura.

¹ Professora do curso de graduação em Direito da UNIJUÍ. Extensionista e coordenadora do Projeto Cidadania para Todos.

² Professora do curso de graduação em Pedagogia da UNIJUÍ. Extensionista e integrante do Projeto Cidadania para Todos

³ Acadêmica do curso de Direito (UNIJUÍ) – Bolsista PIBEX vinculada ao projeto Cidadania para Todos.

⁴ Acadêmico do curso de Direito (UNIJUÍ) – Bolsista PIBEX vinculada ao projeto Cidadania para Todos.

⁵ Acadêmica do curso de Pedagogia (UNIJUÍ) – Bolsista PIBEX vinculada ao projeto Cidadania para Todos.

⁶ Acadêmica do curso de Psicologia (UNIJUÍ) – Aluna voluntária vinculada ao projeto Cidadania para Todos.

2. Procedimentos Metodológicos:

As ações de extensão são desenvolvidas a partir do diálogo prévio com as entidades parceiras, visando a identificação de demandas e necessidades, bem como por meio de pesquisa bibliográfica e análise crítica dos referenciais teóricos e de planejamento e organização de oficinas sobre as temáticas dos direitos humanos e da gestão de conflitos. Nos anos de 2024 e 2025 as ações foram planejadas em parceria com a 36ª Coordenadoria Regional de Educação, visando, inicialmente, a capacitação de integrantes das CIPAVES de Escolas de Ensino Médio indicadas pela entidade parceira., bem como o assessoramento e o desenvolvimento de ações diretamente junto às comunidades escolares envolvidas.. A capacitação deu-se mediante a realização de 4 oficinas sobre a cultura da paz, comunicação não violenta, bullying, direitos humanos e prevenção da violência escolar, visando a formação de multiplicadores de ações no âmbito escolar. Participam da formação 5 escolas de Ensino Médio da região de abrangência da 36ª CRE (Escola São Geraldo, Escola Polivalente, Escola Militar Tiradentes, Escola Antônio Padilha e Escola Otávio C. B. Rocha). Todas as atividades práticas foram organizadas a partir de princípios e valores da Justiça Restaurativa, possibilitando o protagonismo, a participação, o empoderamento e o diálogo com os grupos atendidos com as ações do projeto. O assessoramento se dá mediante visitas periódicas às escolas, visando acompanhar o trabalho projetado e desenvolvido pelas CIPAVES dos educandários, bem como mediante a realização direta de oficinas e círculos restaurativos, mediante demandas, com estudantes de diferentes turmas das escolas envolvidas. As ações visam promover a reflexão sobre os temas do bullying, direitos humanos, comunicação construtiva, conflitos, entre outros e são desenvolvidas junto à turmas que enfrentam problemas ou mostram-se muito conflituosas na convivência cotidiana.

3. Resultados e Discussões

No ano de 2024 as ações do projeto foram desenvolvidas em parceria com a 36ª CRE, mediante a capacitação das equipes das Comissões Internas de Prevenção de Violência e Acidentes de Escolas de Ensino Médio de abrangência da referida coordenadoria. As atividades desenvolvidas envolveram oficinas sobre CNV, Direitos Humanos, Prevenção da Violência e Bullying e promoção da cultura da paz na escola, Questões de Gênero e Violência contra a mulher, bem como sobre o uso de práticas restaurativas no contexto escolar. O público envolvido diretamente com as ações de formação foi de 30 pessoas, entre estudantes e professores, com a realização de 4 oficinas, totalizando 16 horas de formação. As oficinas de Direitos Humanos, cultura da paz e prevenção à violência e ao bullying na escola, promoveram reflexão sobre a importância dos direitos humanos para a comunidade, como eles se interligam com o nosso dia a dia e o quanto cada um é responsável pela sua efetivação para a construção de ambientes saudáveis de convivência, interseccionando também com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, como propostas para efetivar a garantia dos direitos fundamentais e do exercício da cidadania.

As oficinas sobre Comunicação não Violenta (CNV) propuseram reflexões sobre o conflitos nos diferentes ambientes de convivência, destacando o potencial construtivo destes, bem como busca instrumentalizar os participantes (professores e estudantes) a utilizar estratégias de comunicação construtiva na gestão de conflitos, enfatizando sua importância no processo de prevenção à violência e construção da cultura de paz. A proposta é baseada na obra do psicólogo americano Marshall Rosenberg (2006, p. 21), que menciona que a CNV se apoia “em habilidades de linguagem e comunicação que fortalecem a capacidade de continuarmos humanos, mesmo em condições adversas. [...] nos ajuda a reformular a maneira pela qual nos expressamos e ouvimos os outros”.

As oficinas sobre questões de gênero oportunizam reflexões sobre a questão da violência doméstica e escolar, em especial aquela dirigida contra a mulher e suas causas. Partindo das construções sociais tradicionais de gênero e considerando as relações de poder, subordinação e desigualdade a ele inerentes, os participantes são estimulados a repensar modelos estereotipados de masculinidade e feminilidade que estão na base da violência contra a mulher na sociedade e a construir possibilidades de convivência mais igualitárias e não violentas.

No ano de 2025 estão sendo desenvolvidas ações e assessoramento as escolas envolvidas, mediante a realização de visitas periódicas, nas quais são planejadas ações junto a equipe das CIPAVES, bem como a realização direta de oficinas com turmas de alunos indicadas pelas escolas. Neste aspecto já foram realizadas oficinas sobre Comunicação Não Violenta e Direitos Humanos e Bullying. Além das oficinas, também estão sendo planejadas e realizadas diferentes práticas de Justiça Restaurativa, em especial os círculos de construção de paz, com o objetivo de construir e fortalecer vínculos e gerir conflitos nos diferentes espaços de atuação da equipe do projeto. Referidas ações, que não tem âmbito de aplicação limitado ao sistema de justiça, podem ser promovidas em diferentes espaços comunitários, de forma a propagar uma cultura de paz e promover o diálogo construtivo entre os sujeitos. Sua utilização em ambientes escolares, por exemplo, tende a produzir resultados significativos, pois além de solucionar ou evitar conflitos, promove a restauração dos vínculos afetivos, de forma a “desenvolver as habilidades de escutar de forma ativa, de criar empatia e compreender as perspectivas, a cooperação, a negociação e a percepção da diversidade” (MORRISON, 2005, p 307).

Os círculos de diálogo promovem a vivência de valores civilizatórios, o diálogo, a autonomia e o protagonismo dos envolvidos, oportunizando que estes expressem de sentimentos e necessidades, o que não apenas contribui para a educação socioemocional do jovens, mas também a promoção da cidadania, do sentido de pertencimento e de responsabilidade.

As ações do projeto também envolvem atuações junto ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos Ijuí, com a realização de sessões restaurativas em procedimentos envolvendo adolescentes autores de atos infracionais e junto ao Conselho Municipal de Justiça Restaurativa, mediante o planejamento e desenvolvimento de ações visando disseminar a cultura da paz e a JR no município de Ijuí. A colaboração com o Conselho de Gestão do Programa Municipal de Justiça Restaurativa se dá por meio da organização de atividades e eventos referentes à temática, bem como planejamento e realização de ações visando a disseminação da JR no município de Ijuí e Região.

No ano de 2024 foi organizado o I Café Restaurativo, sediado na UNIJUÍ, no qual colaboramos com toda a organização e ministrando oficinas durante o evento. No ano de 2025 foi realizada a segunda edição do evento, com a participação direta da equipe do projeto, no qual foram apresentados e discutidos os pressupostos centrais da Justiça Restaurativa.

4. Conclusão

Considerando os objetivos do projeto e as ações desenvolvidas até este momento, consideramos os valores, princípios e instrumentos da Justiça Restaurativa como práticas efetivas, embora ainda em construção, mas com potencial transformador e caminho importante para a gestão e resolução de conflitos, prevenção de violências familiar e escolar, bem como ferramenta para educação em Direitos Humanos e Cidadania. Por meio do projeto procuramos identificar os principais problemas enfrentados pelo público alvo, relativos à supressão ou violação de direitos fundamentais, e assim verificar a compreensão e o comprometimento e capacidade de enfrentamento das dificuldades vivenciadas, com intuito de contribuir para a sua superação. A educação para a cidadania, exige esforço, compromisso, e envolvimento de todos, pois está em permanente construção, o que impõe a cada um, de forma coletiva ou individual, a luta por seus direitos e a consciência de suas obrigações.

Destaca-se que a escola possui fundamental importância na promoção de relações interpessoais saudáveis e não violentas e, neste aspecto, a formação de pessoas que possam, nestes espaços, atuar como multiplicadores de ações para a promoção da paz e para a cultura dos direitos humanos, baseadas em valores, princípios e práticas da Justiça Restaurativa, mostra-se fundamental. Estas são ferramentas importantes, que permitem aos indivíduos aprenderem a ouvir uns aos outros, a compreender os sentimentos e necessidades envolvidos nas situações, bem como desenvolver empatia frente às situações vivenciadas e gerenciar situações conflituosas de modo construtivo e não violento.

5. Referências

MARSHALL, Chris; BOYACK, Jim; BOWEN, Helen. Como a Justiça Restaurativa assegura a boa prática: uma abordagem baseada em valores. In: Slakmon, C., R. De Vitto, e R. Gomes Pinto (org.). Justiça Restaurativa. Brasília: Ministério da Justiça e PNUD, 2005.

MORRISON, Brenda. Justiça Restaurativa nas escolas. In: Slakmon, C., R. De Vitto, e R. Gomes Pinto (org.). Justiça Restaurativa. Brasília: Ministério da Justiça e PNUD, 2005.

ROSENBERG, Marshall B. Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. Trad. Mário Vilela. São Paulo: Ágora, 2006.